

Por uma decisão política de qualidade

Farage Kouri *

Os capitais especulativos, que não têm pátria nem respeitam fronteira, são neste momento o epicentro do terremoto que desestabiliza as economias mundiais emergentes inseridas no processo de globalização, causando terror pela agilidade com que agem, sendo capazes de mudar do dia para a noite o perfil do desenvolvimento econômico e social. O terror é ainda maior quando se imagina que o fenômeno não tem uma explicação plausível, que permita uma readequação e recomposição das economias atingidas.

Desde os chamados "tigres asiáticos" até os países da América Latina, como o Brasil, essa varredura especulativa vem produzindo o caos, que se acentua quando as políticas econômicas desses países ainda

carecem de uma definição política competente, para viabilizar as reformas estruturais absolutamente necessárias ao equilíbrio entre despesa e receita das administrações públicas. No Brasil, o descompasso político-institucional acaba por produzir um desfalque de grandes proporções nas reservas do País, porque o Banco Central passa a atuar diretamente no mercado

Para acalmar os ânimos do dinheiro volátil, o Banco Central agiu tempestuosamente

monetário, investindo grandes somas para evitar a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar. Nas últimas semanas, de acordo com a imprensa especializada, o desfalque alcançou cerca de US\$ 8 bilhões, um montante fatal para os interesses do desenvolvimento brasileiro e regional.

Para acalmar os ânimos do dinheiro volátil e especulador, o Banco Central também atua tempestuosamente, elevando a patamares in-

suportáveis as taxas de juro, que, no período de normalidade, já eram altas para uma economia que se imaginava estável. A medida inviabiliza qualquer ação empresarial, desde os grandes empreendimentos, que necessitam de investimentos permanentes, até os pequenos e médios negócios, que somam a maioria no contexto da economia.

A expectativa até então otimista de um período de boas vendas, em virtude das festas natalinas e de fim de ano, caiu por terra. A área econômica da indústria e do comércio, também de serviços, especialmente os micro, pequenos e médios empreendedores, terão de se preparar para mais um tempo de vacas magras. Este momento, que poderia ser a redenção de muitos



negócios, acabará sendo a referência de uma cruel recessão, que não ficará por conta do período natalino e de fim de ano, porque nos meses seguintes, até quase a metade do próximo ano, a movimentação da indústria, comércio e serviços normalmente tende a cair.

Com essa nova situação, a expectativa é altamente pessimista. Antes de tudo, é necessário que a sociedade organizada pare para pensar e faça uma boa reflexão sobre este momento histórico que vive o País, quando se acena com as maravilhas da era da modernidade, embora da teoria à prática seja sempre um longo e árduo caminho.

Desde que se implantou o plano de estabilização da economia, sabia-se que sem as reformas estruturais

necessárias ao equilíbrio das contas públicas, adequação administrativa, fiscal, tributária e previdenciária, não seria possível sustentar por longo tempo uma expectativa otimista em relação a esse processo inovador e promotor do moderno desenvolvimento. A decisão política em relação às reformas ultrapassa o tempo-limite do plano de estabilização, porque o

pensamento político não acompanha a diretriz técnica (o plano é essencialmente técnico). Enquanto demora, o governo busca o equilíbrio das contas públicas em medidas aleatórias e inconsistentes, como o Fundo de Estabilização Fiscal, que remaneja recursos das políticas sociais para cobrir o ralo da despesa pública, acrescidas de outras como a CPMF, ou imposto do cheque, que demonstra o contra-senso em relação às diretrizes do

Desde o início do Real, sabia-se que seria difícil manter a estabilização sem as reformas

plano, porque eleva ainda mais a já insustentável carga tributária.

A reflexão sugere que a sociedade deverá demandar por uma decisão política competente, de qualidade, no âmbito do Congresso Nacional, que corresponda sem intercessões ao interesse coletivo. Em razão do descompasso político, o País vem testando há mais de uma década implementar

o plano de estabilização, desde o cruzado até o real, mas sempre esbarra na visão fisiologista do

Parlamento. Somente a evolução da cultura política será capaz de promover o desenvolvimento e tirar o País da aleatoriedade e da vulnerabilidade diante do inusitado e da ganância do capitalismo especulativo. ■

* Empresário e presidente da Federação das Associações Comerciais Industriais e Agropecuárias do Paraná (Faciap).